



## ORÇAMENTO IMPOSITIVO

## Deputados destinam verbas para pastas de herdeiros políticos

Lucinha separou R\$ 1 milhão para secretaria de Junior, e Ottoni de Paula Pai enviou o mesmo valor à Suderj, presidida por seu filho

FELIPE GRINBERG

felipe.grinberg@globo.com.br

Entre as 813 propostas de emenda ao orçamento do estado apresentadas pelos 70 deputados estaduais, algumas são bem específicas, destinadas aos cofres de municípios ou entidades comandadas por aliados ou parentes. Outras deixam em aberto qual será a destinação final do recurso. É o que mostra levantamento feito pelo GLOBO — com base em informações obtidas via Lei de Acesso à Informação (LAI) e compiladas do Diário Oficial do estado — no primeiro orçamento impositivo do parlamento fluminense.

Entre as emendas genéricas, uma, da deputada Verônica Lima (PT), não especificou o local que receberá o valor. Ao destinar R\$ 272 mil à Saúde de Nova Friburgo, a parlamentar escreveu que seria beneficiada "unidade de saúde \*\*\*ta\*\*\*". —Essa grafia pode ter sido um erro e também pode ser corrigido — defende Verônica. — Recebemos a orientação para destinar o dinheiro ao fundo estadual que repassaria para o município dentro de um programa,

ma, que nesse caso é para atender as mulheres.

O deputado Rodrigo Amorim (PTB), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), admite que o ineditismo do orçamento impositivo foi um entrave na elaboração das emendas. Ele apresentou sete, mas não informou onde deveriam ser aplicadas.

— Não tinha uma regulamentação de como seria. Por isso, seguí um modelo permitido no governo federal, colocando diretamente no Fundo, como de Saúde. Depois, com o dinheiro reservado, posso fazer uma indicação legislativa ou conversar diretamente com o gestor sobre destino — diz Amorim.

Investigada por ligações com uma milícia que domina seu reduto eleitoral, na Zona Oeste do Rio, a deputada estadual Lucinha (PSD) deixou bem claro o destino de suas quatro emendas. A de maior valor — R\$ 1 milhão — é para o Fundo Municipal de Saúde da capital, com um convênio com a Secretaria municipal de Envelhecimento Saudável. A pasta é comandada por seu filho, Junior da Lucinha. Além de injetar verba do caixa do estado no órgão hoje nas mãos

de seu herdeiro político, a parlamentar definiu que o projeto seja feito na Área de Planejamento 5, que engloba os bairros de Campo Grande, Santa Cruz e Sepetiba, onde os dois focam suas campanhas. Os outros projetos vão para a mesma região. Ao GLOBO, Lucinha negou que tenha destinado o dinheiro ao filho.

— Fiz uma emenda para o fundo da Saúde fazer uma parceria para atender os idosos, como em outra indiquei a compra de um manômetro para ajudar as mulheres.

## SUDERJ INFORMA

Já a Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro (Suderj) foi contemplada com quase R\$ 4,3 milhões destinados por oito deputados. A maior parte é presidida por Renato de Paula, filho do deputado estadual Ottoni de Paula Pai (MDB), que destinou R\$ 1.087.437 para a entidade.

Em nota, Ottoni de Paula Pai afirma que as informações são públicas e que a Suderj é "reconhecida pelo seu trabalho em diversas frentes para promover o bem-estar social". O deputado argumenta ainda que a emenda "será utilizada somente pelo próximo presidente



Parceria. Junior da Lucinha e sua mãe, que destina à pasta do filho verbas das emendas impositivas da Alerj

## Salta mais sobre os projetos apresentados

➤ O GLOBO lançou ontem uma ferramenta para o leitor consultar como os deputados estaduais estão aplicando os recursos das emendas. É possível fazer a busca pelo nome do parlamentar, a área — Saúde e Educação, por exemplo — e a cidade beneficiada. Pela primeira vez, cada um deles teve em montante disponível para custear projetos e programas. Este ano, a verba foi de pouco mais de R\$ 2,7 milhões.

APONTE A CÂMERA DO CELULAR PARA O QR CODE E ACESSO À FERRAMENTA



te da superintendência, uma vez que Renato de Paula deixará o cargo no fim deste mês".

Hoje, a Suderj administra o complexo esportivo da Rocinha, a Vila Olímpica do Sampaio, o Parque Aquático Jiló Delamare e o Estádio de Atletismo Célio de Barros. O deputado Vinícius Cozzolino (União) também foi bem específico em duas emendas — as de menor valor entre as 813: destinou R\$ 522 ao município de Magé, seu reduto eleitoral, para contratação de Punção Aspirativa por Agulha Fina, exame para o diagnóstico de câncer de mama. Como na tabela SUS o procedimento custa R\$ 66,48, o recurso atenderia a sete pacientes. Mais mil reais foram para realizar a biópsia com agulha grossa — o Ministério da Saúde avalia que o exame

custa R\$ 140. Em nota, Cozzolino disse que houve "preocupação em solicitar todo o rol de equipamentos necessários e assim como contemplou equipamentos modernos e onerosos, também incluiu insumos simples".

Na reportagem sobre as emendas impositivas, publicada na edição de ontem, há a informação de que Siqueira, na Região dos Lagos não havia recebido recursos. O gabinete do deputado Dr. Pedro Ricardo (PP) informou que a emenda de R\$ 603 mil destinada ao Fundo estadual de Saúde é, na verdade, destinada à cidade, cujo nome foi incluído no sistema interno da Alerj, mas não publicado no Diário Oficial nem considerado pela Secretaria de Planejamento nas informações enviadas ao GLOBO.

## Rio vai ao STF para não pagar juros da dívida com União

Decisão foi anunciada pelo governador após reunião com parlamentares. Estado deve hoje R\$ 157 bilhões ao governo federal

JOÃO VITOR COSTA

joao.vitorcosta@globo.com.br

O governador Cláudio Castro (PL) disse ontem que até a próxima semana o Rio vai entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a dívida com a União e seus indexadores. Segundo ele, "é impossível" o governo federal lucrar sobre o estado.

— A gente entende que essa ação é uma continuidade do regime (de Recuperação Fiscal), e ela vem questionar a dívida na origem dela, seus indexadores e decisões que aconteceram por parte da

União desde 1997, que catapultaram aos valores que temos hoje — explicou Castro.

O estado informou que a dívida estava em R\$ 188 bilhões no fim de 2023. Desse total, R\$ 157 bilhões eram de débitos com a União, enquanto os outros R\$ 31 bilhões são de operações financeiras com bancos, por exemplo, das quais o governo federal é garantidor. Só este ano, o Rio tem que pagar à União R\$ 9,4 bilhões.

## REUNIÃO COM BANCADA

A medida foi anunciada ontem após um reunião de Castro com parte da banca-

da de deputados federais, os deputados estaduais Luiz Paulo (PSD) e Rodrigo Amorim (PTB), e o senador Carlos Portinho (PL), no Palácio Laranjeiras.

O Rio pretende pedir ao STF a mudança no cálculo da dívida, para que passe a ser corrigida apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sem a cobrança de juros. Desde 2013, o saldo devedor é atualizado pelo IPCA ou pela Selic — o que for menor — mais 4% de juros ao ano.

No fim de 2023, o governador já havia anunciado que iria ao STF contra a co-



Na coletiva, Castro encontra parlamentares para debater juros da dívida

brança de juros. No entanto, esperava uma resposta do Ministério da Fazenda sobre seu pedido de renegociação, o que não prosperou.

Por isso, para Castro, é "razoável o timing" de dialogar com parlamentares sobre a questão neste momento. Uma das saídas, que não é bem vista pelo estado, seria ampliar de nove para 12 anos o prazo para a retomada do pagamento integral das parcelas dos débitos com a União.

— Ampliar para 12 anos não resolve o problema do Rio absolutamente em nada — disse Castro. — Não tenho dívidas, e a bancada federal falou que comungava dessa certeza conosco, de que, liberando o estado dessa amarra (juros), você vai, num futuro bem próximo, melhorar a situação da União.